

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tatiana das Mercês - UFES

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão – em construção – a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma revisão de literatura sintetizada que aponta os possíveis impactos das Reformas Educacionais e seus reflexos na Educação Básica. A partir das orientações das linhas teóricas histórico-cultural e histórico-crítica, defendemos que as práticas de ensino nas escolas não devem focar somente nas demandas do mercado, mas principalmente no desenvolvimento pleno dos cidadãos, para que estes sejam capazes de questionar a sua realidade e atuar nela de modo crítico, livre e consciente.

Partilhamos o ponto de vista que a educação pública, universal, laica, gratuita, democrática, plural e de qualidade precisa ser valorizada e defendida, pois trata de um direito subjetivo de todos os brasileiros garantido em lei (BRASIL, 2019). Assim sendo, as práticas de ensino nas escolas não devem focar somente nas demandas do mercado, mas principalmente no desenvolvimento pleno dos cidadãos, para que estes sejam capazes de questionar a sua realidade e atuar nela de modo crítico, livre e consciente (SAVIANI, 1980).

Nesse processo, o professor tem papel relevante, logo, sua autonomia e autoridade precisam ser preservadas e valorizadas tanto na atividade de ensino-aprendizagem como na elaboração do projeto político e pedagógico das escolas (SAVIANI, 1980). Na verdade, os professores, pedagogos, coordenadores, funcionários, comunidade, estudantes e famílias, todos têm o direito e a capacidade de contribuir com a construção dos currículos escolares; nessa lógica, os currículos precisam ser desenvolvidos de modo participativo e democrático em prol de uma coletividade, considerando as realidades e as diversidades culturais e históricas de cada comunidade escolar (VEIGA, 2005). Portanto, um currículo ditado e imposto de cima para baixo na perspectiva da padronização e do

controle, como ordem obrigatória a ser cumprida em todas as escolares brasileiras, é algo que precisa ser problematizado e analisado com cuidado.

O DEBATE PÚBLICO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

É relevante destacar que, há tempo, tem sido uma aspiração de muitos educadores brasileiros a instituição de uma Base Nacional Curricular Comum na perspectiva da democratização, autonomia, emancipação e diversidade dos sujeitos. No ano de 1988, mediante a Constituição Federal, foi prevista uma Base Nacional Comum de atribuição da União em colaboração com o Distrito Federal, estados e municípios. Anos seguintes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) admitiu a necessidade da criação de uma Base Nacional em 1996. Foi criado o Plano Nacional da Educação (PNE) em 2001. Publicado as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em 2010. Divulgado o Plano Nacional de Educação em 2014, que também previu a elaboração de uma Base.

Contudo, só foi no ano de 2015 que se iniciaram os debates para a elaboração da BNCC no âmbito do MEC, que, inicialmente, contou com a participação de professores, além das organizações sindicais, entre outros sujeitos e órgão do poder público. Assim, neste mesmo ano, foi divulgada a primeira versão da BNCC e aberta a consulta pública via plataforma online, mas com a opção tão-somente de aceitar (ou não) as metas já estabelecidas, configurando-se em uma falsa participação. Depois disso, houve uma interrupção nos debates e nas consultas; até que, em 2017, a BNCC foi recuperada após a contratação da Fundação Vanzolin, que organizou cinco audiências - uma em cada região do Brasil - para que a população apenas tivesse conhecimento da terceira versão da BNCC. Essa última versão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano de 2018, no contexto do governo Temer. Atualmente, em 2019, os sistemas de ensino, através das suas secretarias de educação estaduais e municipais, têm reformulado os seus currículos coerentes às determinações da BNCC.

Podemos afirmar que o atual documento da BNCC não corresponde às expectativas iniciais de muitos educadores, incitadas, sobretudo, em 1988. A atual Base apresenta uma visão empresarial que se sobrepôs à visão dos educadores comprometidos com uma educação escolar pública, universal, laica, gratuita, democrática, plural e de qualidade para todos os brasileiros (SÍNTESE, 2018). Em outras palavras, em vez do

respeito a democratização, autonomia, emancipação e diversidade dos sujeitos, a Base tem se configurado numa política que tende a prestigiar as avaliações externas (Saeb, Provinha Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil, Enem), valorizar os empresários da educação (Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura, o Instituto Unibanco, a Fundação Itaú Social, a Fundação Roberto Marinho), adequar a educação às demandas do mercado, além de ser coniventes ao movimento Escola Sem Partido cuja ideologia é conservadora e limita a liberdade dos professores de ensinar e dos estudantes de aprender (SÍNTESE, 2018). Nessa perspectiva, as avaliações externas são tidas como principais instrumentos de medida da qualidade da educação, negando os processos de aprendizagem que se desenvolvem ao longo da formação escolar dos estudantes (SÍNTESE, 2018).

Outro agravante é o fato das sugestões e críticas advindas dos empresários da educação terem maior peso-valor em detrimento das sugestões e críticas advindas dos profissionais da educação os quais possuem formação e experiência no magistério. Entre vários pesquisadores, há o consenso de que a maneira como foi construída a BNCC - sem a devida articulação e participação dos próprios educadores e educandos, que são sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem – é resultado de um processo antidemocrático que fortalece o grupo de empresários da educação e enfraquece o sistema de ensino (SÍNTESE, 2018).

AS IMPLICAÇÕES DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Á guisa de iniciar a revisão da bibliografia que constituem, na atualidade, a produção acadêmica sobre a BNCC, foram analisados trabalhos publicados entre os anos de 2016 e 2019 no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dos trabalhos encontrados, destacamos duas dissertações e uma tese: Silva (2018); Costa (2018); e Rodrigues (2016).

Silva (2018), na perspectiva metodológica advindas das pesquisas com os cotidianos escolares, estudou o processo de alfabetização na educação infantil e no ensino fundamental, tensionando os determinismos BNCC que, para a autora, é um documento prescrito e normativo que impõe tempos, idades, séries e maneiras para o processo da alfabetização, no sentido de universalizar e determinar saberes, servindo como um

modelo de como ensinar e de como aprender. Contudo, a autora esclarece que a alfabetização não é simplesmente uma técnica ou um processo mecânico, pois está relacionado às formas que possibilitam as crianças a ter acesso a linguagem escrita, produzida histórica e culturalmente pelos seres humanos, o que é ignorado pela BNCC. Assim, a BNCC desconsidera a escola como espaço plural, complexo, multicultural e histórico, descaracterizando os alunos e os docentes em benefício dos interesses do setor empresarial; além do mais, Silva (2018) defende que, no cotidiano da escola, há várias aprendizagens possíveis que não cabem nas formas do currículo prescrito, mesmo assim, são importantes nos processos educativos; nesse sentido, a autora defende que a alfabetização é um processo valoroso demais para ser reduzido a um método na Base Nacional.

Costa (2018) fez uma tese que analisou a elaboração da BNCC e sua relação com o Ensino Fundamental no contexto da Rede Municipal de Soure-PA. A autora explica que a Base está inserida em um contexto político-econômico mundial neoliberal; por isso, recebe investimentos advindos da UNESCO e do Banco Mundial, que privilegiam a padronização de conteúdo, o estabelecimento de metas e os padrões de aprendizagem. Nesse sentido, a autora defende que a BNCC não garante os direitos de aprendizagem nem de qualidade para educação, como promete, porque, para isso, são necessários vários fatores como investimento na formação de professores, infraestrutura das escolas, materiais didáticos, merenda escolar, transporte escolar, entre outros.

Rodrigues (2016) estudou os textos introdutórios da primeira versão da BNCC publicada em 2015 e da sua segunda versão publicada em 2016. Para a autora, o documento sofreu um avanço de uma versão para outra, porém defende que a Base não foi posta em discussão mais delongada para os educadores nas unidades escolares. Mesmo assim, a BNCC é um modelo a ser seguido por todas as escolas brasileiras (públicas e privadas), contudo, a autora afirma que o Brasil é composto por vários “brasis” e, por isso, considera a BNCC como uma proposta, no mínimo, ousada.

Esta breve revisão bibliográfica incita compreender que a maneira como foi construída a Base - sem a devida articulação e participação dos próprios educadores e educandos, que são sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem – é resultado de um processo antidemocrático que valoriza as demandas do mercado em detrimento das necessidades dos estudantes e educadores; assim, a Base fortalece os grupo de

empresários da educação e enfraquece o sistema de ensino, afetando o cotidiano das escolas, que pode passar a sofrer com as precarizações, privatizações e mercantilizações.

CONCLUSÃO

Diante das reflexões expostas, compreendemos que a BNCC se articula com o movimento de desmanche do direito à educação que encontra no espaço público sua centralidade. A da nova proposta curricular tende a valoriza mais as demandas do mercado e menos as necessidades dos estudantes e dos educadores e parece estar mais alinhado às avaliações em larga escala e menos destinados à formação ampla e emancipatória dos educandos. Assim, persiste a luta pela superação dos ideários neoliberais, que imprimem os interesses capitalistas na educação escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, L. D. B. **Lei 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Atualizada em 2019. Disponível em << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>> Acesso em 09 ago.2020

COSTA, V. S.S. **Base Nacional Comum Curricular como política de regulação do currículo, da dimensão global ao local: o que pensam os professores?** 2018.185f. Tese (Doutorado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, V. A. C. **A Base Nacional Comum Curricular em questão**. 2016, 136p. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980

SÍNTESE. **BNCC: perspectiva da classe trabalhadora Necessidade de resistência**. Caderno 1. 2018. Disponível em: << <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2019/07/BNCC-caderno-1.pdf>>> Acesso em 06 ago.2020.

SILVA, T. M. **Entrelugares Educação Infantil-Ensino Fundamental: o que podem os currículos tecidos com os cotidianos das escolas?** 2018. 181 f.:il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória-ES, 2018.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**. Papyrus Editora, 2005.